

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE JANEIRO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO.

DESCONTO MÍNIMO: R\$ 17,53

DESCONTO MÁXIMO: R\$ 70,12

ÍNDICES DA APEOESP

NOVEMBRO/2016

PEB I (24H): R\$ 1.252,16

PEB II (24H): R\$ 1.449,53

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 880,00

SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 3.940,41



NÚMERO 307 - JANEIRO 2017

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO A **CNE ECUT**

WWW.APEOESP.ORG.BR

SEM REAJUSTE SALARIAL, GREVE É O ÚNICO CAMINHO



O cardeal das lutas democráticas



“O que sempre me impressionou nele foi seu amor e seu afeto franciscano pelos pobres. Feito bispo auxiliar de São Paulo ocupou-se logo com as periferias, fomentando as comunidades eclesiais de base e empenhando pessoalmente Paulo Freire. Como era tempo da ditadura, especialmente fêrrica em São Paulo, logo assumiu a causa dos refugiados vindo do horror das ditaduras da Argentina, do Uruguai e do Chile. Sua missão especial foi visitar as prisões, ver as chagas das torturas, denunciá-las com coragem e defender

os direitos humanos violados barbaramente. Correu riscos de vida com ameaças e atentados. Mas como franciscano, sempre mantinha a serenidade como quem está na palma da mão de Deus e não nas garras dos policiais da repressão.”.

Este é o trecho de um artigo escrito pelo teólogo Leonardo Boff no dia 14 de dezembro de 2016, em sua página na Internet, para homenagear Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo e cardeal de São Paulo, que faleceu naquele dia.

O texto do teólogo perfaz parte da luta de Dom Paulo contra as ditaduras na América Latina, especialmente no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. Ao lado do reverendo Jaime Wright, foi o responsável pela pesquisa “Brasil: nunca mais”, sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam durante cinco anos analisando 850 páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O trabalho resultou na publicação de um livro, em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidos pela repressão política durante a ditadura civil-militar.

Dom Paulo – que ficou conhecido como o “cardeal dos direitos humanos” – foi fundador e dirigente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1972. Dois anos antes, já havia fundado a Pastoral Operária.

Cartas

D. Paulo Evaristo Arns

“Creio que há um equívoco na manchete do jornal ‘Folha de S. Paulo’ de 15/12/2016: ‘Morre D. Evaristo Arns’, Arcebispo e Cardeal de São Paulo.

Minha convicção é que pessoas da envergadura moral de Dom Paulo não “morrem”, elas são imortais porque permanecem ao longo dos séculos, dos milênios, como exemplo de que é se doando, no sentido cristão da palavra, é que se vive para a Eternidade.

Fui professor de Geografia na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, que era (verbo no passado) uma rede de excelência pela qualidade das aulas que conseguíamos ministrar aos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por reconhecimento recebíamos os melhores salários entre os profissionais com curso superior. Pode parecer um sonho de contos de fada, mas é pura verdade até que o Golpe Militar de 1964 instala no Brasil um governo ditatorial do estilo típico fascistoide.

Nas décadas seguintes, a de 70 e 80, nós, professores da Escola Pública, passamos a ser alvos de inúmeras coações morais por parte do governo ditatorial, sofrendo ameaças indiretas e muitos díretas contra a liberdade de expressão no exercício da nossa missão não de ensinar, mas – muito mais do que isto – a missão de Educar!

Nesse contexto opressivo, quando éramos monitorados pelos órgãos ilegais de Segurança Pública existentes dentro do Estado Brasileiro, é que surge a pessoa de D. Paulo Evaristo. Defensor

dos Direitos Humanos, sua voz ecoava. O som produzido assustava – não a nós, professores, mas aos algozes instalados no governo ditatorial. Pessoas altamente mesquinhas que, se submetidas a exames radiológicos, mostravam-se ausentes de alma.

Por tanto, nós, professores – e a sociedade em geral – estávamos nas mãos daqueles que não se qualificavam como seres humanos (mais exatamente “coisas” animalizadas; torturadores cruéis contra seus oponentes). Eles e aqueles que se identificavam com o governo ditatorial se manifestavam em severas crises de pânico toda vez que Dom Paulo apresentava uma homilia.

(...) No velório de Dom Paulo, em reverência ao seu corpo de ser humano e na memória de sua alma, nós, sonhadores de um Ensino Público de alto nível prometemos não chorar. Não choramos porque naquele momento de consternação, quando nossas atenções se desviavam do centro de poder político, Brasília, poderemos tomar mais golpes contra nossos direitos de cidadãos, porque deputados e senadores com mandatos populares apoiam algo esquizofrênico denominado de Governo Temer (?).

(...) Classe política brasileira ligada a partidos políticos caricatos: escutai! Nós, professores, somos agora Dom Paulo Evaristo Arns... Nós não vamos dar sossego, iremos acessá-la.”

Airton Cerqueira Leite, professor de Geografia aposentado São Paulo, Capital

Publicações da APEOESP em 2016



Cartilha Grito pela Educação Pública de Qualidade

A APEOESP publicou, no início de 2016, a segunda edição da cartilha “Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo”, fruto do movimento que reúne entidades sindicais, educacionais, estudantes e sociais em torno de um objetivo comum: assegurar o acesso de todos(as) à educação pública de qualidade.



Boletim Dia Internacional da Mulher

Em celebração do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, a APEOESP editou o boletim “Dia Internacional de Luta da Mulher”, destacando, entre outras matérias, a que faz um alerta: o Brasil ocupa a quinta posição no ranking de feminicídio, num grupo de 83 países. São 4,8 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres.



Boletim LGBT

Em junho, o Coletivo LGBT “Professor Fernando Shueller”, da APEOESP, editou o “Boletim LGBT”. Uma das matérias destaca a participação da APEOESP na 20ª Parada do Orgulho LGBT, que aconteceu em São Paulo no dia 29 de maio, e que teve como tema principal: Identidade eu tenho Respeito é o que preciso!



Cartilha Plano Estadual de Educação

Como parte da luta pela aprovação do Plano Estadual de Educação democrático e emancipador, em maio o sindicato editou a cartilha “Pela aprovação e implementação do Plano Estadual de Educação democrático e emancipador”. Entre outros assuntos, a cartilha abordou a necessidade de o PEE ser concebido como uma política de Estado, não um plano de um governo; o financiamento da educação; a valorização dos profissionais; gestão democrática.



Jornal Reforma do Ensino Médio

Na luta contra a reforma do Ensino Médio imposta por Decreto pelo presidente golpista Michel Temer, em conjunto com a CNTE a APEOESP editou o jornal especial “Contra a reforma do Ensino Médio. Queremos qualidade inclusiva na educação brasileira.”



Boletim da Consciência Negra

A edição 2016 do Boletim da Consciência Negra denuncia o frequente assassinato de jovens negros nas periferias e destaca uma reportagem sobre o Prêmio Nobel da Paz para Bob Dylan, a voz dos oprimidos, ironicamente no momento em que o Brasil assiste a uma ascensão da extrema-direita, com a criminalização dos movimentos sociais, que representam exatamente os mais pobres.



Boletim Laço Vermelho

Publicação especial do Sindicato, o boletim Laço Vermelho tem o objetivo de incentivar o debate em sala de aula sobre a importância da prevenção no combate à Aids e outras DSTs. Nesta edição destaca os 20 anos das mortes do compositor Renato Russo e do escritor Caio Fernando Abreu, vítimas da Aids.

ATENÇÃO, PROFESSORES(A) ASSOCIADOS(A)!

Atualizem seus dados cadastrais na APEOESP! Procurem sua Subsede ou façam contato na Sede Central do Sindicato! Com dados atualizados, estaremos mais próximos e mais fortalecidos!

Os professores podem enviar sugestões para as próximas edições do Jornal da APEOESP e do Boletim Educacional e Cultural e também divulgar seus livros, blogs e outros trabalhos através do Sindicato. E-mail: imprensa@apeoesp.org.br ou através de formulário de contato no próprio site.

Editorial



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Indignação e revolta são os nossos sentimentos diante da ação das elites brasileiras contra a democracia e os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro durante o ano de 2016. Estamos indignados e revoltados com mais um ano sem reajuste salarial, com tanto desrespeito e desvalorização do nosso trabalho. Transformar esses sentimentos em luta e mobilização para reverter este processo é o nosso grande desafio no ano que se inicia.

Em 2016, um conluio envolvendo partidos como PSDB, PMDB, DEM, PPS e outros; as maiorias parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; setores do judiciário e da mídia empresarial retiraram do poder, por meio de um golpe, a Presidente legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros. Qual foi o resultado deste golpe? Uma rápida e avassaladora deterioração da situação econômica, social, política e institucional do nosso país.

O que hoje estão no poder prometeram empregos, mas o desemprego já atingiu 12% da População Economicamente Ativa (PEA) e os indicadores apontam para um aumento ainda maior. Prometeram crescimento econômico, mas tivemos um dos piores natais da história em termos de movimentação no comércio, evidenciado pela pesquisa da Associação de Lojistas de Shoppings, mostrando que foram fechadas 18.100 lojas em 2016, uma queda de

12,9% em relação a 2015, de acordo com dados da Alshop (associação de lojistas de shoppings).

O governo golpista foi levado ao poder por uma orquestração que iludiu parte da população com a promessa de "acabar com a corrupção", mas nunca se viram tantas denúncias que atingem o núcleo do próprio governo, a começar pelo presidente ilegítimo Michel Temer. Este governo perdeu seis ministros em seis meses, envolvidos direta ou indiretamente em casos de corrupção.

Nesta edição do jornal da APEOESP, procuramos analisar diferentes aspectos desta crise, não somente para que cada professor e cada professora possa refletir sobre o que vem acontecendo, mas, sobretudo, para que possamos encontrar caminhos, como categoria profissional e como cidadãos, para agir em defesa de nossos direitos, que estão sendo escandalosamente retirados.

Não existem acasos na política. Vamos mostrar a você, leitor e leitora, que o que estamos assistindo no Brasil não é fruto apenas de incompetência e despreparo (o que existe também), mas resultado de uma política deliberada. O golpe foi dado contra nós trabalhadores e trabalhadoras, vide a reforma da previdência, que nos impõe mais tempo de trabalho até a aposentadoria.

O golpe foi dado contra as parcelas da população que mais necessitam dos serviços

públicos e dos programas sociais, que necessitam de educação e saúde. Foi dado para que os recursos destinados a esses serviços pudessem ser canalizado para as camadas mais ricas da nossa sociedade; aos que vivem de renda; aos banqueiros e especuladores.

O golpe foi dado também para que não se aprofundassem as investigações sobre os grandes esquemas de corrupção que continuam envolvendo políticos, agentes públicos e grandes grupos empresariais. As investigações seletivas prosseguem, enquanto muitos outros personagens sucessivamente delatados em denúncias produzidas a partir da interferência da justiça suíça (onde estão depositados muitos milhões de dólares desviados do nosso país) seguem tranquilos, sem serem incomodados pela justiça e pela mídia.

É importante que esse debate escale à sala dos professores, que envolva nossas escolas, que se amplie para nossas comunidades. As decisões tomadas em Brasília repercutem diretamente na nossa vida. Vamos trabalhar mais, vamos ganhar menos, vamos ter menos direitos e, se depender da polícia e da justiça, teremos menos espaços para nos mobilizar, para reivindicar, para resistir a tantos ataques.

Na oportunidade, desejo que sejamos capazes, todos juntos, de fazer de 2017 um ano de grandes conquistas, a começar pelo nosso reajuste salarial. Um forte abraço.

Dicas



On-line - O Boletim Educacional e Cultural da APEOESP encerra o ano 2016 na sua 56ª edição, levando aos professores da rede estadual de São Paulo informações para o seu aprimoramento intelectual e lazer. Publicação semanal e eletrônica. O Boletim pode ser lido no site www.apeoesp.org.br



Teatro - A luta pela Educação de qualidade e igualitária que garantiu que uma estudante de 17 anos se tornasse a mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz e o tema da peça "O que é que a Malala tem...", que vai estrear em 2017.

Professores e estudantes que colaborarem com a produção do espetáculo, comprando os ingressos antecipadamente, ganham acesso a um documentário sobre o processo de criação do mesmo e à versão digital do texto da peça, materiais que podem ser utilizados em sala de aula para contar a história da jovem

paquistanesa que ganhou o Nobel pela sua luta. Colabore através do site www.kickante.com.br/malala



Corais - Composto por 24 professores da Subsede da APEOESP na Baixada Santista, o Coral Cravos e Rosas conquistou o 1º lugar com nota máxima na Festa Internacional da Primavera da Melhor Idade do Mercosul, realizada em Gramado, na Serra Gaúcha.

O segundo lugar da Festa também ficou com a APEOESP, através do Coral da Subsede de Marília, que conta com 21 repertórios e três professores e um professor titular eclético.



Teses e Dissertações - O site do Sindicato tem uma seção dedicada a resenhas de trabalhos acadêmicos sobre Educação e Magistério; a maioria deles de autoria de professores da rede estadual. Trata-se de um espaço inédito para dar visibilidade às pesquisas no setor. Veja os mais recentes destaques:

- Escola de Franca é foco de medo que apresenta estudo de caso sobre motivos da evasão no Ensino Médio
- Pesquisador analisa em doutorado a interação entre meninos e meninas na escola

- Doutorador compra pesquisas e ações antibullying no Brasil e na Espanha
- Abordagem das Literaturas Africanas e Afro-brasileira no ambiente escolar é analisada em mestrado na USP
- Professora defende formação continuada em pesquisa sobre Educação Inclusiva
- Professora transforma experiência como temporária em Mestrado na Unicamp
- Com mestrado e doutorado em Psicologia Escolar, pesquisadora da USP analisa a formação de professores
- Militância e resistência LGBT em São Paulo e Paris são temas de doutorado na Educação da USP



"... Começa como a esperança de vida melhor / que entre os astros não se escuta nem se vê / nem pode haver; que isso é coisa de homem / esse bicho estelar que sonha (e luta)". GULLAR, Ferreira". Ano Novo em Toda poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

Ferreira Gullar, um dos maiores escritores brasileiros faleceu no dia 04 de dezembro, aos 86 anos

A APEOESP solidariza-se pelo falecimento dos seguintes companheiros:

- Conselheiro da subsede de Ribeirão Preto, o professor José Renato de Moraes, faleceu no dia 28 de dezembro.
- Secretária e Conselheira Estadual da Subsede de Guaratinguetá, a professora Jacyara Maria Gonçalves Nunes faleceu em 07 de novembro.
- O universitário Matheus Freitas foi assassinado por um policial militar na quadra da EE Tancredo Neves, no Grajaú. Baleado no dia 1º de outubro, Freitas faleceu três dias depois.
- Coordenadora e Conselheira Estadual da Subsede de Amparo, a professora Maria Rosária Paiato faleceu no dia 29 de setembro.
- Funcionária da APEOESP há 18 anos, Sônia Maria Moreira Rodrigues faleceu no dia 20 de agosto.
- Conselheira Estadual da APEOESP em Botucatu, a professora Rosângela Aparecida Pereira Indalécio faleceu no dia 23 de julho.

CONJUNTURA

Fora Temer! Eleições diretas já!

Reforma política e mudanças estruturais profundas são imprescindíveis

O Brasil vive uma crise política, institucional e econômica sem precedentes. O golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff desencadeou um processo de instabilidade e de ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores e da população frente ao qual não é possível titubear.

A divulgação das delações premiadas de executivos da construtora Odebrecht mostra o papel ativo de Michel Temer na arrecadação de recursos bem como dezenas e dezenas de políticos que se colocaram frente à população como paladinos da ética durante o processo de deposição da legítima presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Membros do PSDB, como Aleckim, Serra, Aécio Neves e outros também estão implicados, assim como alguns integrantes da oposição. E os escândalos continuam.

O governo golpista de Michel Temer acelera o processo de retirada de direitos e de redução do Estado.

É preciso colocar para fora do governo Michel Temer todo o seu grupo de políticos envolvidos em corrupção e abuso de poder. O povo deve decidir os destinos do país por meio de eleições diretas para o executivo e o legislativo. Mais ainda: é preciso desencadear um processo de reordenamento e efetiva democratização do país, por meio de uma reforma política que, entre outras coisas, acabe com o financiamento privado de campanhas, que institucionalize organismos e espaços de fiscalização popular sobre os poderes da república e aumente a participação popular na formulação das políticas e na fiscalização de sua execução.

A luta contra o golpe continua

O golpe foi dado para reverter os avanços conquistados desde a Constituinte de 1986-1988 e, particularmente, de 2003 a 2014, durante os governos dos presidentes Lula e Dilma. O objetivo é a retomada do processo de concentração de renda.

As origens deste golpe podem ser encontradas nas manifestações de 2013, apropriadas por grupos de direita para desgastar o governo da presidenta Dilma Rousseff e na eleição de 2014, na qual os meios de comunicação procuraram interferir no resultado da disputa presidencial até o último momento. Derrotados nas urnas, os golpistas, tendo à frente naquele momento o candidato do PSDB, Aécio Neves, articulam a eleição de Eduardo Cunha para presidir a Câmara Federal dando início ao processo que instituiu o golpe.

Em contradição com o governo eleito, o resultado das urnas constituiu a maioria parlamentar mais conservadora desde 1964. É neste contexto que ocorreu toda articulação



para eleição de Eduardo Cunha na presidência da Câmara Federal.

Pressionado pelas bancadas vinculadas ao bloco hegemônico do capital, o governo Dilma apontou na direção de medidas recessivas para superação da crise econômica, distanciando-se dos movimentos sociais. Com o aprofundamento da crise, o governo perdeu apoio popular e a situação ficou mais favorável ao golpe.

Logo após a posse, o governo golpista acelerou as medidas que já vinham sendo engendradas para a retirada de direitos sociais: congelamento e redução de investimentos sociais – atingindo frontalmente a educação e a saúde; reforma no ensino médio, fragmentando a educação e constituindo escolas diferentes para pobres e ricos; reforma trabalhista, retirando e flexibilizando direitos consolidados como férias, 13º, limite à jornada e contratos de trabalho, dentre outros; criminalização dos movimentos sociais – inclusive com suporte do judiciário; reforma da previdência social – a qual se aprovada acabará com a aposentadoria especial dos professores e obrigará os trabalhadores e trabalhadoras a se aposentarem com muito mais idade; dentre outras medidas.

No apagar das luzes de 2016, o caráter golpista e antipopular deste governo ficou ainda mais evidente, com a decisão de doar às concessionárias de telefonia bens públicos que foram repassados no processo de privatização e que deveriam ser devolvidos ao controle estatal. De acordo com o Tribunal de Contas da União, o prejuízo ao país pode ser superior a R\$ 100 bilhões. Veja na página 5 matéria que analisa a relação entre esta decisão, a reforma da previdência e outras medidas tomadas pelo governo Temer e suas consequências.

Em contradição com o governo eleito em 2014, constituiu-se a maioria parlamentar mais conservadora desde 1964.

Como vimos, os integrantes e a base de apoio deste governo, em sua

reduzindo o número de salas de aula, fechando escolas e turmas do período noturno em todo estado.

Os professores ampliam e aprofundam sua aliança com estudantes, pais, funcionários e movimentos sociais.

As lutas conduzidas pela APEESP num cenário muito difícil têm conseguido evitar o maior avanço da agenda neoliberal na educação do estado de São Paulo. Os professores ampliam sua aliança com os demais setores da comunidade escolar (estudantes, funcionários, pais), com as centrais sindicais, com a sociedade civil organizada. A construção do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo foi mais um passo neste sentido, pois a defesa da educação pública é um dever de todos os movimentos. Isto ocorreu na luta contra a reorganização da rede estadual, em 2015, conseguindo barrar a iniciativa e levando o então Secretário da Educação à exoneração. Neste exato momento, a APEESP iniciou uma campanha de denúncia contra os desvios dos recursos da merenda escolar, cobrando claramente a instalação de uma CPI, exigindo a punição dos culpados, sob o lema "Governador, cadê o dinheiro da merenda?". Esta campanha foi encampada pelos estudantes, que terminaram por ocupar o plenário da Assembleia Legislativa.

A luta contra o governo golpista e em defesa dos direitos prossegue. A APEESP tem participado intensamente deste processo, juntamente com a CUT, com a CNTE, com demais centrais e movimentos sociais. Veja nas páginas centrais nossa agenda de organização e mobilização.

O estado de São Paulo e seu papel estratégico no cenário nacional

Desde 1985 no governo estadual, o PSDB fez a opção por um modelo de gestão que priorizou o sucateamento dos serviços públicos, a privatização do Estado e o desvio de dinheiro público para finalidades partidárias e particulares. Esta fez com que a educação pública paulista, que já foi sinônimo de qualidade no passado, perdesse qualidade, inclusive em comparação com estados bem mais pobres.

O governo possui uma tão ampla maioria de deputados na Assembleia Legislativa, que ali não se constituem Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar verdadeiramente os inúmeros casos de corrupção. Quando existem, as CPIs controladas pelo governo não chegam aos maiores culpados, como ocorreu no caso da CPI da Merenda Escolar, que não apontou setores do governo envolvidos no desvio de verbas da merenda, apesar de todos os indícios.

A desvalorização profissional e o sucateamento da educação pública fazem com que a nossa categoria venha acumulando perdas salariais, o que leva muitos professores e professoras a abandonarem a profissão e afasta possíveis futuros profissionais que não são atraídos para uma profissão cada vez mais depauperada.

O PSDB vem diminuindo a rede pública, transferindo escolas do ensino fundamental para os sistemas municipais,



TEMER QUER PARALISAR O BRASIL

Como as políticas do governo golpista afetam o futuro do país

O propósito do golpe no Brasil foi o de criar as condições para fazer retroagir os programas de transferência de renda que vinham reduzindo, ainda que forma insuficiente, as enormes desigualdades no nosso país. Ao mesmo tempo, frear as políticas de desenvolvimento da economia nacional e sua inserção soberana no cenário internacional, para atender interesses de empresas e governos estrangeiros e grupos brasileiros a eles associados.

Nos últimos anos, o Brasil já vinha transferindo mais de 45% do Orçamento da União para os chamados "rentistas", ou seja, aqueles que vivem de rendimentos obtidos de transações com dinheiro e não da produção de bens e serviços. Em outras palavras, banqueiros e especuladores. Com o governo golpista de Temer essa transferência de renda tende a aumentar muito.

Temer executa o programa do golpe

As medidas tomadas pelo Governo Temer estão previstas no documento "Ponte para o futuro" elaborado pelo Instituto Teotônio Vilela, do PMDB, e adotado por Temer como um "programa" para o golpe.

Os eixos norteadores deste documento são, basicamente:

- Redução do Estado – "Estado mínimo": progressiva retirada da ação estatal de todas as áreas, com exceção da segurança pública e da justiça, por meio de privatizações, concessões, convênios e parcerias e terceirizações.
- Redução ou eliminação de gastos públicos: por meio da extinção de programas sociais, redução das verbas destinadas a saúde, educação e demais áreas sociais, fim dos programas de financiamento à produção, sobretudo na área rural e pequenos empresários; fim das políticas de financiamento estudantil etc.
- Congelamento dos gastos públicos por 20 anos.
- Nova política orçamentária, com o fim de todas as vinculações de receitas.
- Fim das indexações, sobretudo para os salários e benefícios da previdência social.
- Reforma da previdência (aumento da idade mínima e das contribuições).

A PEC da morte paralisará o país

Vergonhosamente, Temer congela as verbas da educação e da saúde, mas não congela o preço da cesta básica.

Veja as consequências:

Fria os investimentos em saúde e educação previstos na Constituição. Mesmo que a economia cresça, os investimentos continuarão limitados. Elimina a política de valorização do salário-mínimo. Prejudica os benefícios da aposentadoria, vinculados ao salário-mínimo. Prejudica o alcance e a qualidade dos serviços públicos. Inviabiliza o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. A população mais pobre, que depende das políticas públicas, será a mais prejudicada.

Temer sofre derrota

O governo Temer não conseguiu aprovar na sua forma original o PLP 257, que proibia aos estados aumentos salariais e concursos e alterava a contribuição à previdência. Deputados aprovaram a suspensão da cobrança das dívidas dos estados por 3 anos, sem obrigação de cumprir tais medidas. Isto não garante o atendimento de nossas reivindicações, mas é um argumento que utilizaremos na luta para que o Governo Estadual reajuste nossos salários. Diante da derrota, Temer vetou o projeto aprovado.



- Desregulamentação dos direitos trabalhistas – fim da CLT –, prevalência do negociado sobre o legislado.
- Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal de destinação de 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para saúde.
- Privatização das empresas estatais. O golpe impôs uma agenda destinada a reconfigurar estruturalmente o nosso país em benefício dos 71 mil brasileiros que concentram, sozinhos, 22% de toda a riqueza nacional. Por isso a burguesia apoiou e apoia o golpe.

O golpe gera desemprego e miséria

A reforma da previdência, já aprovada pela CCI, fará com que todos tenhamos que trabalhar até os 65 anos, com no mínimo 25 anos de contribuição, para termos direito à aposentadoria. Para que uma pessoa se aposente com proventos integrais nos 65 anos, será necessário que ela comece a trabalhar e contribuir para a previdência aos 16 anos (veja na página 6). Ao mesmo tempo, o fim da política de valorização do salário-mínimo e sua vinculação aos benefícios da previdência, fará com que o rendimento dos aposentados sofra brutal redução nos próximos anos. Os banqueiros também ganham com a reforma da previdência, pois quem deseja obter uma aposentadoria melhor e tiver rendimentos para

isto, terá que recorrer a planos de aposentadoria privada, dominados pelo setor financeiro.

Ao retirar recursos dos setores sociais (como Bolsa Família e aposentadorias), Temer induz à paralisação da economia, gerando desemprego, redução da renda. Com isso, mais necessário, mais desemprego e redução ainda maior da renda das camadas mais pobres, que sem condição de comprar não podem contribuir para a rotatividade da economia. O resultado é que grande parte da classe média que ascendeu nos últimos anos voltará à classe baixa e a classe baixa voltará à miséria.

Matar a PEC 55 antes que ela nos mate

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55 ficou conhecido como PEC da morte e tem esse nome porque poderá matar milhões de brasileiros de fome e necessidades, enquanto torna 71 mil ricos cada vez mais ricos.

Ao determinar que a União (e logo, os Estados e os Municípios) durante 20 anos gaste com custeio, salários e investimentos o equivalente à despesa de 2016, corrigida apenas pela inflação, os golpistas impuseram o congelamento do país e um maior superávit fiscal, que será usado no pagamento da dívida pública.

É importante dizer, ainda, que mesmo na improvável hipótese de que a economia volte a crescer, o congelamento dos gastos públicos permanecerá por vinte anos.

Por isso, inviabilizar na prática, com a nossa luta, a efetivação desta PEC é lutar pela vida, pelo desenvolvimento do nosso país, pelos direitos mais elementares da população brasileira.

Vamos às ruas matar a PEC antes que ela nos mate. Vamos nos somar a todas as demais categorias e aos movimentos sociais e paralisar este país. A greve geral deverá ser a nossa resposta, pela vida, conta a PEC da morte.

Desobediência civil: debate na sua escola

Você já parou para pensar na natureza de um governo e como devemos nos portar frente a um governo eleito, escolhido pelo povo e perante um governo imposto, ilegítimo, autoritário?

No Brasil, estamos diante de um governo opressor, ilegítimo. Em 1849, o pesquisador e poeta norte-americano Henry David Thoreau defendeu pela primeira vez o conceito de Desobediência Civil (em inglês, civil disobedience) como forma de protesto político pacífico frente a governos opressores. Mahatma Gandhi aplicou na prática este conceito no processo de independência da Índia e do Paquistão e Martin Luther King na luta pelos direitos civis e pelo fim da segregação racial nos Estados Unidos. A jovem Malala Yousafzai, Prêmio Nobel da Paz em 2014, é outro exemplo, lutando pelos direitos das meninas a estudar e recusando-se a reconhecer a autoridade do Talibã em áreas ocupadas no Paquistão.

É importante refletir sobre este conceito e o quanto ele se aplica na atual situação, levando em conta que nós professores já praticamos a desobediência civil em diferentes momentos, em nossas greves, nas mobilizações, acampamentos, ocupações, de forma organizada e coletiva.

Debata com seus colegas, com a comunidade. Vamos amadurecer esta discussão para lutarmos contra este golpe que vem destruindo o nosso país.

Temer "doa" R\$ 100 bilhões às empresas de telefonia

No dia 6/12/2016, a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado Federal aprovou de forma definitiva o Projeto de Lei 79/2016, que transforma as concessões de telecomunicações em autorizações e transfere uma infraestrutura estratégica da União, avaliada em R\$ 100 bilhões, para o patrimônio privado das operadoras.

Prédios, equipamentos, antenas e outros bens foram recebidos pelas telas quando do processo de privatizações realizado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e deveriam, por contrato, voltar ao poder público em 2025. Agora se tornam, gratuitamente, propriedade dessas empresas que, recorde-se, foram compradas por grupos nacionais e internacionais com dinheiro público, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A tramitação deste projeto no Senado Federal se deu de forma escandalosamente rápida, sem nenhum tipo de debate com a sociedade ou com os próprios senadores. As bancadas de oposição uniram-se para protocolar no Supremo Tribunal Federal (STF), pedido para que o projeto passe por discussão no plenário do Senado. Diante disto, a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do STF, suspendeu o projeto e pediu decisões à Mesa do Senado e ao Governo. Até o momento de fechamento desta edição, não havia decisão definitiva.

Educação e Cultura em tempos de golpe

Em meio a um desmonte institucional jamais visto no País, que atinge fortemente a Educação e as políticas públicas implementadas nos últimos anos, a APEOESP e demais entidades sindicais protagonizaram nos últimos meses uma série de atividades para debater e enfrentar os novos desafios impostos pelo cenário político adverso.

A Casa do Professor sediou, no dia 17 de setembro, o Seminário "O desmonte da Educação Pública no Brasil: desafios e perspectivas dos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial", evento do Feder/SP, que teve o apoio também da CNTE, CUT e Inspir, Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial.

A APEOESP está à frente também do dia 20 de agosto do Movimento Escola Sem Partido e contra todos os projetos de lei relacionados à censura da atividade docente.

APEOESP na luta contra a farsa da "escola sem partido"

O Sindicato publicou materiais e realizou no dia 11 de agosto a webconferência "Cala a boca não! Contra a farsa da escola sem partido. Pela pluralidade de ideias e concepções pedagógicas". Em seguida, no dia 16 de agosto realizou uma aula pública na Praça da República, em repúdio aos projetos deste terror que tramitam no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa de São Paulo. Além disso, fez o lançamento nacional em seu Auditório, no dia 26 de agosto do documentário "A Escola Toma Partido". O filme do cineasta argentino-brasileiro Carlos Prinzato reúne depoimentos sobre o projeto que ameaça a liberdade de expressão dos professores.

Luta Secundarista

Neste segundo semestre, 600 escolas públicas chegaram a ser ocupadas em todo o País contra as medidas do governo Temer na área da Educação, como o congelamento dos gastos públicos em áreas essenciais, a proposta de reforma do Ensino Médio, aprovada na Câmara dos Deputados no dia 13 de dezembro, e o projeto Escola sem Partido.

O congelamento de investimentos na Saúde e Educação também é tema de um vídeo lançado pela Central Única dos Trabalhadores. Embalado pela música "Apesar de Você", de Chico Buarque, os atores Wagner Moura, Osmar Prado e Tonico Pereira protestam contra a medida.

Repúdio

A cerimônia de entrega do 38º Prêmio Jornalista Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, um dos mais prestigiados da imprensa brasileira, também foi marcada por uma manifestação contra o golpe jurídico-midiático. O protesto realizado no dia 25 de outubro foi convocado pelo Sindicato dos Jornalistas e Instituto Vladimir Herzog.

A indignação contra o governo ilegítimo de Michel Temer chegou ao meio acadêmico, através do prestigioso antropólogo italiano Massimo Camarero, que desenvolveu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira atribuída a um estrangeiro.

A classe artística também assumiu o protagonismo de alertar a população sobre a gravidade do cenário político



Webconferência discutiu a farsa da "escola sem partido".



brasileiro. A 32ª Bienal de Artes de São Paulo foi aberta no dia 07 de setembro, em meio a inúmeros protestos e até pichações contra o governo Temer. O título desta edição da Bienal não poderia ser mais sugestivo: "Incerteza Viva".

O Jornal da APEOESP indica aqui alguns dos livros já lançados sobre o golpe de 2016:

- "A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016", livro do Projeto Editorial Praxis aprovado pela CUT e outras entidades sindicais, apresenta artigos sobre o processo político que levou o País ao caos.
- "Golpe 16 - O livro da blogosfera em

defesa da democracia", da Editora Publisher Brasil, foi organizado pelo jornalista Renato Ovaldo e traz análises sobre a ruptura democrática no País, a criminalização dos movimentos sociais e o recuo nas conquistas populares

- O jornal argentino Página 12 publicou o livro "Golpe no Brasil - Genealogia de uma farsa", que reúne artigos de jornalistas e historiadores sobre o processo de impeachment.
- A coletânea "A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido - 20 autores desmontam o discurso", lançada pela ONG Ação Educativa, traz

artigos de especialistas que expõem o caráter autoritário do movimento.

- A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos publicou a 17ª edição do seu Relatório de Direitos Humanos no Brasil, com 25 artigos sobre a crítica situação do País após o golpe de 2016. Especialistas analisam as medidas anti-democráticas nas áreas de saúde, cultura e educação.
- "Autoritarismos e golpes na América Latina", escrito pelo jurista Pedro Estevam Alves Pinto, mostra como o Poder Judiciário tem agido como máquina de exceção no controle sobre as periferias e da sociedade a partir de lideranças de esquerda.

MP 746

Qualidade do ensino médio pra inglês ver

Parte da ofensiva do governo ilegítimo de Michel Temer para desmontar todos os avanços conquistados pelo povo brasileiro nos últimos anos, a reforma do ensino médio (MP 746), avança no Congresso Nacional. Ela atinge os estudantes das escolas públicas, enquanto os filhos da elite continuam recebendo formação de qualidade nas escolas privadas.

A reforma proposta pelo governo a pretexto de melhorar a qualidade do ensino médio e atender aos anseios dos estudantes, na realidade representa um esvaziamento desta importante etapa da educação básica, detendo a cargo das secretarias da educação definir as disciplinas e conteúdos a que os jovens terão acesso. Não é verdadeira, portanto, a propaganda que diz que os estudantes poderão escolher, a partir do segundo ano, as disciplinas que desejam cursar.

Na essência, a proposta retoma a

fracassada tentativa do ex-secretário de educação do estado de São Paulo, Herman Voorwald, de impor o "currículo a carte", ou seja, deixar ao estudante a opção de cursar ou não as disciplinas a partir do segundo ano. Na verdade, em vez de melhorar a qualidade, as dinâmicas e o projeto político-pedagógico do ensino médio para que ele possa formar integralmente os estudantes, preparando-os para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania, o governo Temer prefere rebaixar o currículo, para adaptar o ensino médio à escassez de professores em determinadas áreas devido aos baixos salários e carreira desestimulante. O MEC fala em melhorar a qualidade, mas isto é uma conversa mole. Qualidade pra inglês ver.

A MP ataca frontalmente a carreira docente, quando admite a contratação de pessoas para ministrar aulas na

educação profissional com base no "notório saber" (avaliado de forma subjetiva pelos sistemas de ensino) e, ainda, deixa de exigir a licenciatura plena para o magistério, conquistas dos professores e da sociedade a partir da Constituinte de 1988.



Manifesto da APEOESP em defesa da democracia, dos direitos dos/as professores/as e da classe trabalhadora e contra o golpe

(Aprovado no XXV Congresso Estadual da APEOESP)



As conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro ao longo da história são resultado de lutas, greves e mobilizações.

O golpe promovido pelas elites, utilizando a mídia empresarial, a maioria do Congresso Nacional e setores da polícia, do Ministério Público e do judiciário, levou ao Palácio do Planalto um governo ilegítimo, cujas medidas atingem o conjunto da classe trabalhadora e, diretamente, os servidores públicos, em todos os níveis.

Hoje, com o governo golpista, os retrocessos se desenvolvem de forma rápida e violenta a partir do Governo Federal, por meio de medidas como a PEC 55; o PLP 257; a reforma da previdência que está sendo gestada nos gabinetes palacianos; a reforma trabalhista que atende os interesses dos empresários e banqueiros; o fim da destinação dos recursos do pré-sal para a educação e a saúde; os ataques aos direitos democráticos; e outras imposições que fazem retroceder todas as conquistas da classe trabalhadora e da população brasileira.

Temer quer congelar o Brasil

Com a PEC 55, o governo Temer congela os investimentos públicos por 20 anos, estendendo esta medida também aos estados e municípios, o que significa na prática a eliminação de qualquer possibilidade de combate à fome e à miséria, de manutenção dos programas sociais, no financiamento do Sistema Único de Saúde e grandes retrocessos na educação pública, que já se configuram na redução do financiamento estudantil, no fim do programa de expansão das universidades federais e escolas técnicas, na ameaça concreta de extinção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores, bem como a reforma do ensino médio contida no MP 746.

O congelamento dos investimentos públicos e o fim do regime de partilha na exploração do petróleo, que abriu o setor para as petrolíferas multinacionais

e cancelou a destinação de 75% destes recursos para a educação e 25% para a saúde, na prática tornam letra morta o Plano Nacional de Educação (PNE), cujas metas e estratégias para dez anos exigem o aumento da destinação de verbas para garantir a universalização do atendimento, a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Não vamos permitir isto. Lutaremos para que a PEC 55 não seja aprovada. Se aprovada, a ela não nos submetemos e lutaremos contra cada um de seus efeitos, nos locais de trabalho, nas ruas, nas cidades, nas regiões, em todos os espaços, por meio de greves, manifestações, atos e todas as formas possíveis.

O governo atual é ilegítimo, ilegal, não foi eleito e, portanto, responderemos a ele com posturas, atitudes e ações que correspondam à sua natureza golpista e antipolular. Entendemos que para barrar toda a ofensiva atual é preciso derrotar o golpe, por meio da luta de todos os trabalhadores da greve geral.

Em São Paulo, vinte anos de retrocessos

No Estado de São Paulo, vimos sofrendo já há vinte anos ininterruptos as consequências da concepção neoliberal de Estado mínimo, que promove o enxugamento da máquina pública, o desmonte e a privatização dos serviços públicos – educação, saúde, moradia, transporte etc -, arrocho salarial e desvalorização do funcionalismo público municipal e estadual. O método do governo do PSDB é o autoritarismo e a ausência de diálogo com as entidades representativas dos servidores e com os movimentos sociais.

Se, por exemplo, o PLP 257 proibire reajustes salariais, concursos de contratações no serviço público, nós, professores e professoras da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, estamos sem reajuste salarial desde agosto de 2014. Nossas perdas

acumuladas desde então já exigem uma reposição de 20.83%. Faltam professores nas escolas e, no entanto, o governo não contrata profissionais em número suficiente. Recentemente houve a tentativa de realizar aqui uma reforma do ensino médio de teor semelhante àquela que o governo federal pretende com a MP 746, no sentido de adequar o currículo escolar à redução do número de professores, para reduzir custos. Estamos em luta contra a MP 746 e, no estado de São Paulo, repudiamos a iniciativa do deputado estadual Rodrigo de Moraes (DEM), que pretende regulamentar a concessão de "notório saber" a profissionais não habilitados para o magistério de acordo com a LDB, aplicando a MP 746 e atacando frontalmente a profissão docente.

Nas escolas, faltam materiais e as condições de trabalho não permitem que desenvolvamos um trabalho pedagógico de qualidade. Escolas e classes são fechadas pelo Governo Estadual, causando superlotação nas salas de aula, desmereço na categoria, queda na qualidade do ensino e, acima de tudo, afastando os estudantes trabalhadores das escolas.

Durante todos esses anos não nos calamos. Ao contrário, os professores e as professoras da rede estadual de ensino mobilizaram-se permanentemente para defender seus direitos profissionais, suas condições de trabalho e, sobretudo, a qualidade da educação pública no estado de São Paulo. Sucessivas greves, atos, caminhadas, manifestações, ações judiciais e atividades envolvendo também estudantes, pais, movimento sindical, movimentos sociais e outros setores da sociedade civil organizada são o testemunho de que nunca nos dobramos, nem aceitamos de forma passiva políticas de desmonte da escola pública e não o faremos neste momento.

É hora de unificar os professores, os estudantes, movimentos sociais e toda a comunidade na luta, como em 2015.

Sem atendimento das reivindicações, vamos à greve

Assim, reunidos no XXV Congresso Estadual da APEOESP, na cidade de Serra Negra, manifestamos nossa disposição de continuar lutando contra esta situação. Por meio deste manifesto, declaramos que se as negociações com o Governo de São Paulo não avançarem no sentido do atendimento de nossas reivindicações salariais, profissionais e educacionais, poderemos ir à greve. Para tanto, nosso XXV Congresso Estadual aprova o seguinte calendário:

- 29 de novembro de 2016: participaremos das atividades do Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais e enviando caravanas a Brasília.
- Janeiro: Iremos ao Congresso da CNTE defender a perspectiva da greve nacional da categoria e a greve geral.
- Fevereiro: eleição dos representantes de escolas e representantes de aposentados em todas as escolas e regiões do estado de São Paulo
- Fevereiro: reuniões de representantes de escolas e de aposentados no âmbito das subseções para discussão da greve.
- Fevereiro: reunião do Conselho Estadual de Representantes para debater a greve à luz dos indicativos das reuniões de representantes. Esta reunião do CER definirá a data da assembleia da categoria que deliberará sobre a greve.

A greve é a nossa defesa!

Considerando a extensão e profundidade dos ataques contra o conjunto dos trabalhadores brasileiros, os servidores públicos, os professores e a educação pública, clamamos a uma Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) à preparação da greve nacional dos trabalhadores em educação, no primeiro semestre, com um pauta clara e definida em torno da defesa de nossos direitos e reivindicações.

Clamamos a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com todas as demais centrais – Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Brasileiros, Intersindical, Central Sindical e Popular/Conlutas - e organizações sindicais e movimento sociais que se opõem ao governo ilegítimo de Michel Temer a organizar a greve geral de toda a classe trabalhadora brasileira, para derrotar as políticas que vem sendo implementadas, para que mais uma vez não sejam as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros os únicos a pagarem a conta de uma crise financeira pela qual não são responsáveis.

Por fim, não aceitaremos que nenhuma central negocie a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora.

Serra Negra, 25 de novembro de 2016.
XXV Congresso Estadual da APEOESP

Nunca os trabalhadores foram tão atacados



Você, professor ou professora, se recorda de outro momento na história do nosso país em que se tenham conjugado tantas medidas dos governos federal e estadual contra nossos direitos, como trabalhadores e como cidadãos?

O ano de 2016 passará para a história do Brasil como o ano do golpe que tirou do governo a presidenta legitimamente eleita com os votos de 54 milhões de brasileiros para colocar no lugar um presidente ilegítimo.

Este governo que resultou deste golpe está cumprindo o papel assumido perante os que o levaram ao poder: reduzir o Estado brasileiro, acabar com os programas de distribuição de renda, retirar direitos do funcionalismo

público e dos demais trabalhadores e produzir o maior superávit fiscal possível para transferir o máximo de recursos a banqueiros e especuladores brasileiros e estrangeiros, por meio do pagamento da dívida pública, que a maioria do povo brasileiro não contraiu.

As medidas que vem adotadas pelo governo Temer, contando com ampla maioria no Congresso Nacional, visam reduzir o Estado brasileiro, enxugando gastos para transferir recursos dos serviços públicos, da seguridade social e dos programas sociais para segmentos mais privilegiados da nossa sociedade. Este é o objetivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, aprovada na Câmara e em

tramitação no Senado; do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257, também tramitando no Senado; da PEC 287 (reforma da previdência); do fim da exclusividade da Petrobras como operadora da exploração do pré-sal e do fim da destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde; entre tantas outras medidas.

Ataques concentrados

No plano mais geral, a reforma do ensino médio (MP 746), aniquila com o esforço – embora insuficiente – que vinha sendo feito na direção da melhoria da qualidade da educação, esvaziando o currículo e retirando das escolas o seu papel de propiciar aos

nossos jovens uma educação integrada, que os forme para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Na perspectiva do governo atual, o ensino médio apenas fornecerá ao estudante, de forma aligeirada, o suficiente para que possa exercer as funções de que o mercado de trabalho necessita.

O congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, a perspectiva da proibição de concursos públicos e contratações, proibição de aumentos salariais para o funcionalismo público, fim da aposentadoria especial e unificação da idade mínima em 65 anos para homens e mulheres, com possível aumento de alíquota para os servidores públicos e outras imposições de Temer, na realidade nacionalizam algumas medidas que já vigoram em São Paulo, por exemplo, e criam novas dificuldades para a valorização e a conquista de uma vida digna para os servidores de todo o país.

Rumo à greve geral

Assim, nenhuma linha mais separa as lutas estaduais das lutas nacionais. Hoje há uma perfeita intelecção entre as políticas aplicadas há vinte anos no estado de São Paulo e as que vêm sendo impostas com velocidade impressionante pelo governo federal. Existem nossas questões salariais e profissionais específicas (veja na página 6), mas elas também remetem para a articulação nacional das lutas dos professores e professoras, para a ampliação da aliança com estudantes, pais, comunidades e movimentos sociais e para um grande movimento nacional de todos os trabalhadores, liderado pelas centrais sindicais, para a realização de uma greve geral que paralise o país e derrote todos os ataques e retrocessos que vem ocorrendo. Leia nesta página a íntegra do manifesto aprovado no XXV Congresso Estadual da APEOESP. Ele é um chamamento à luta, à unidade e à mobilização da nossa categoria.

Ocupa o seu lugar. Todos nós somos imprescindíveis para conquistar reajuste salarial (veja matéria na próxima página), valorização profissional, preservar nossos direitos e impedir que o país continue a retroceder.

Professor, professora

Você topa se aposentar aos 65 anos?

A reforma da previdência (PEC 287/2016) inviabiliza o direito a uma aposentadoria digna. Nossa categoria – particularmente as professoras – será duramente atingida. Veja os principais retrocessos:

1. Fica extinta a aposentadoria especial para professores/as.
2. Você vai contribuir mais e receber menos benefícios. O tempo de contribuição será, no mínimo, 25 anos para mulheres e 30 anos para homens. A idade mínima será de 65 anos. Esta idade mínima poderá aumentar para 67 anos até 2026.
3. O cumprimento desses requisitos dá direito a apenas 76% do valor integral da aposentadoria. Para aposentadoria com proventos integrais é necessário contribuir durante 49 anos. Exemplo: para que a pessoa se aposente com proventos integrais (valor máximo de aposentadoria) aos 65 anos, deve

- começar a contribuir aos 16 anos de idade.
4. As regras não fazem distinção entre homens e mulheres, do setor público e do setor privado.
5. Homens com idade superior a 50 anos e mulheres com mais de 45 anos têm regra de transição. Será aplicado acréscimo de 50% sobre o tempo de contribuição faltante com base na regra antiga (pedágio de transição). Exemplo: o/a trabalhadora/o/a que vem faltando apenas 2 anos para a aposentadoria na data da promulgação da Emenda terá que trabalhar mais 1 ano. Ou seja, trabalhará mais 3 anos e não apenas mais 2 anos para ter direito à aposentadoria.
6. No caso dos/as professores/as, devem ter 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos de contribuição, se mulher; e cumprir o chamado "pedágio de transição".

A previdência está em crise porque o governo não cobra os grandes devedores (que devem pelo menos

R\$ 375 bilhões ao sistema). Há também um interesse em, ao diluir o atendimento público, privilegiar os serviços de previdência privada.

O governo golpista de Temer vai paralisar o país com a PEC 55, reduzindo drasticamente a atividade econômica. Menos contribuintes significará menor capacidade de sustentação do regime previdenciário.

É preciso lembrar, também, que a previdência é parte do sistema de segurança social criado pela Constituição de 1988, que envolve também assistência social e saúde pública. Articulando a PEC 287 com outras medidas recessivas, o governo está inviabilizando a seguridade social e destruindo os avanços conquistados pelos trabalhadores.

A saída para a previdência é o aquecimento da economia, mais investimentos públicos, reforma tributária (imposto progressivo, que tribute mais quem tem mais capacidade contributiva e isente quem tem baixos rendimentos) e maior controle social.

Rejeite a reforma da previdência. Mobilize-se. Lute!

Sem reajuste salarial, greve é o único caminho



Aqui no Estado de São Paulo, estamos há mais de 28 meses sem reajuste salarial, não há contratações de professores e a convocação de concursados depende de autorização expressa do governador.

O governo estadual alega falta de recursos, mas pratica políticas de isenções fiscais que beneficiam empresários e retiram do Estado capacidade de investimento.

O índice atualizado de reajuste emergencial para repor as perdas inflacionárias desde agosto de 2014 chega a 20,83%.

Queremos uma política salarial que incorpore o cumprimento da meta 17 do Plano Estadual de Educação - a equiparação de nossos salários aos dos demais profissionais com formação equivalente.

A gravíssima situação salarial da nossa categoria pode ser verificada nos quadros elaborado pela subseção do DIEESE/ CEPES na APEOESP.

Frete a nossas perdas e à incapacidade do governo em negociar, não nos restará alternativa, senão a greve da categoria.

Por tanto, teremos um novo ano repleto de mobilização e organização da luta. A participação de todos é de suma importância.

Calendário de lutas

12 a 15 de Janeiro de 2017 - 33º Congresso Nacional da CNTE - delegação da APEOESP defenderá a greve nacional da categoria.

Fevereiro - eleição de representantes - candidato-se. Nossa meta é termos no mínimo um representante por turno em cada escola.

Fevereiro - reuniões de representantes de escola e reunião do Conselho Estadual de Representantes para definir a data da assembleia que discutirá a greve.

Abertura de créditos suplementares pode contribuir com reajuste

Segundo levantamento da Subseção do DIEESE na APEOESP, durante a execução do orçamento anual do Estado, pode acontecer uma mudança na política pública para um determinado setor que não estava prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual: seria um crédito suplementar. Em 2016, o governo autorizou a abertura de R\$ 1,5 bilhão de créditos suplementares.

Com base nas projeções orçamentárias para 2017 (e considerando que as estimativas sofreram poucas alterações em relação ao Projeto de 2016), se o valor de R\$ 1,5 bilhão de créditos suplementares fosse investido na valorização dos professores e aplicado sobre a remuneração dos profissionais do Magistério, ativos e aposentados, o percentual de correção linear seria de 9,58%.

Grupo de Trabalho não saiu do papel

A APEOESP tem insistido na cobrança ao secretário da Educação para que faça funcionar o Grupo de Trabalho com as entidades para discutir a implementação da meta 17, da Jornada do piso e uma política para a redução/limitação do número de estudantes por classe, como determina o PEE. Nossa proposta é que este número não ultrapasse 25 estudantes por classe.

Na pauta, ainda, a melhoria de nossas condições de trabalho, fim do fechamento e reabertura das classes que foram fechadas, legalização dos processos de aposentadoria, aumento no valor do auxílio-alimentação, direito ao IAMSPE para os professores da categoria O e muitas outras questões.



Salários defasados

| Classe | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Salário Base (R\$) | Salário Base (R\$) | Salário Base (R\$) | Salário Base (R\$) | Salário Base (R\$) | Salário Base (R\$) |
| Classes das Docentes (DNE) | 1-1 | 426,07 | 796,46 | 8-19 | 1.772,10 | 2.247,23 |
| Professora de Educação Básica I | 8-10 | 754,37 | 875,74 | 8-19 | 2.051,94 | 2.479,73 |
| Classes das Docentes (DNE) | 1-1 | 1.202,17 | 1.912,39 | 8-19 | 3.244,21 | 4.262,47 |
| Professora de Educação Básica II | 1-1 | 1.448,02 | 1.774,46 | 8-19 | 4.102,09 | 4.887,11 |
| Professora de Educação Básica III | 8-10 | 1.320,67 | 1.688,63 | 8-19 | 3.700,77 | 4.588,14 |
| Classes das Docentes (DNE) | 1-1 | 1.902,20 | 1.902,20 | 8-19 | 4.426,20 | 5.102,20 |
| Professora de Educação Básica IV | 1-1 | 1.811,01 | 2.388,33 | 8-19 | 4.128,00 | 5.168,00 |
| Professora de Educação Básica V | 1-1 | 1.602,04 | 2.008,79 | 8-19 | 4.702,07 | 5.608,14 |
| Classes das Docentes (DNE) | 1-1 | 2.080,01 | 2.020,00 | 8-19 | 5.807,01 | 7.107,00 |
| Professora de Educação Básica VI | 1-1 | 2.415,00 | 2.015,12 | 8-19 | 6.058,12 | 8.262,11 |
| Classes de Suporte Pedagógico (SE no Estado) | 1-1 | 2.240,00 | 3.427,57 | 8-19 | 6.028,56 | 9.712,02 |
| Supervisor de Escola | 1-1 | 2.020,00 | 3.020,00 | 8-19 | 6.712,00 | 11.020,00 |
| Coordenador Pedagógico de Escola | 1-1 | 2.020,00 | 3.020,00 | 8-19 | 6.712,00 | 11.020,00 |
| Classes de Suporte Pedagógico (sem estatuto) | 1-1 | 2.340,00 | 2.020,00 | 8-19 | 6.027,47 | 8.020,00 |
| Auxiliar de Classe | 1-1 | 2.240,00 | 2.020,00 | 8-19 | 6.027,47 | 8.020,00 |
| Coordenador Pedagógico | 1-1 | 2.240,00 | 2.020,00 | 8-19 | 6.027,47 | 8.020,00 |
| Docente de Ensino Fundamental | 1-1 | 4.020,10 | 4.020,10 | 1-2 | 4.988,10 | 5.970,10 |

Outro indicador de nossa perda salarial é que o salário-base de PEB I, que em 2009 era superior 37,8% ao valor do Piso Salarial Profissional Nacional, hoje está 2,3% abaixo do PSNP. Quanto ao PEB II, o salário era 66,8% superior ao PSNP e hoje está apenas 13,1% acima do valor do piso nacional.



Atribuição de aulas

Principais mudanças em 2017

A SEE publicou a Resolução SE 72/2016, contendo algumas mudanças no processo de atribuição de aulas. A APEOESP está lutando por modificações, como o direito de escolha dos professores, a ampliação do número de Professores Coordenadores (reduzidos pela resolução SE 65) e outras.

Até o momento em que fechamos esta edição, ainda não tinham sido publicadas as datas de atribuição, cujo início, segundo informações da SE, está previsto para 23 de janeiro.

Veja as principais mudanças.

- Professores e professoras efetivos/as que estão afastados/as não terão aulas atribuídas, as quais serão consideradas livres para atribuição em nível de unidade escolar. Ao cessar o afastamento, o/a professor/a retornará aulas livres na ordem inversa de classificação. Caso não haja aulas disponíveis, poderão assumir aulas de programas/projetos da pasta, conforme regulamentos, em

nível de diretoria de ensino, como adidos.

- Os professores/as efetivos/as não mais poderão se retratar da opção pela ampliação de jornada. Se houver aulas livres disponíveis na unidade escolar, haverá a ampliação de sua jornada, se tiver opção. A ampliação não ocorrerá somente se não houver aulas disponíveis para concretizar a jornada solicitada ou a jornada imediatamente anterior. Contudo, como a opção por ampliação de jornada foi realizada na vigência da resolução SE 75/2013, a qual permitia a retratação no ato da atribuição de aulas, consideramos que existe base jurídica para eventual ação judicial, caso seja o desejo do/a professor/a.
- Professores/as pertencentes às categorias "F" e "O" receberam o número de aulas que indicaram na sua inscrição.
- As unidades escolares onde os professores/as pertencentes às

- categorias "F" e "O" tiveram maior número de aulas (livres/substituição) ou somente aulas livres serão suas sedes de frequência.
- Os/as professores/as da categoria "O" que tiveram em 2016 menos de 19 aulas deverão comparecer à atribuição de aulas, conforme convocações que serão publicadas no Diário Oficial do Estado, sob pena de atribuição compulsória.
- Para os/as professores/as da categoria "O" que estão em interrupção de exercício o procedimento é o mesmo, sob pena de extinção do contrato.
- Professores/as que participarem das atribuições ao longo do ano, terão sua carga horária cadastrada e deverão assumir o exercício no dia útil seguinte. Caso não compareçam, terão a falta anotada.
- O/a professor/a perderá aulas quando deixar de comparecer, sem motivo justo, em determinada(s) aula(s)/série(s) por 2 semanas seguidas ou 4 interpoladas. Na resolução anterior este limite era de 3 semanas seguidas ou 5 semanas interpoladas.

Professor/a na situação acima, perderá as aulas correspondentes à carga suplementar, se efetivo/a, ou, se não efetivo/a, até o limite de 19 (dezoito) aulas de sua carga horária, ficando, em qualquer dos casos, impedido de concorrer à nova atribuição no decorrer do ano. Ficará também impedido/a de participar de sessões de atribuição de aulas, para fins de carga suplementar e de aumento de carga horária, respectivamente, no ano subsequente ao da retirada das aulas.

No caso do/a professor/a da categoria "O", ficará sujeito a rescisão de contrato, por descumprimento de normas legais, sendo-lhe assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

● A redução de carga horária durante a licença do/a professor/a terá vigência imediatamente ao término da licença em vigor. A SEE não considera licenças subsequentes, sem interrupção, como prorrogações de uma mesma licença.

Nestes casos, no entendimento do Sindicato, há base legal para eventuais ações judiciais.

APEOESP consegue chamada de concursados PEB II

Continuamos na luta pela convocação de PEB I



CNTE: O momento é de resistência

33º CONGRESSO NACIONAL
Do 12 a 15 de janeiro de 2017 - Brasília/DF

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação realiza em Brasília, entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2017, o seu 33º Congresso. O tema desta edição, que terá eleição para os novos dirigentes da Confederação, será: "Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência. Trata-se de um Congresso histórico, já que tradicionalmente os professores sempre tiveram papel destacado nas lutas políticas do País e, enfrentam neste momento uma ameaça a direitos adquiridos, como a aposentadoria especial, reformula do ensino médio, redução de investimentos.

"Estamos passando por um momento muito difícil no Brasil e, por isso, é necessário nos prepararmos e nos posicionarmos frente às mudanças que o atual governo está propondo e que atingirão os direitos já conquistados pelos trabalhadores", destaca o presidente da CNTE, professor Roberto Franklin de Leão.

Além de definir o calendário de lutas para 2017, os participantes do 33º Congresso da CNTE vão debater temas como inclusão social, salários, carreira e valorização na Educação e aposentadoria.

Educação Pública, eu apoio!

A Campanha "Educação Pública, Eu Apoio" ganhou um novo site. Mais moderno, com informações atualizadas e facilidade de acesso, o site é uma referência para educadores e internautas em busca de conteúdo qualificado na área de Educação.

A Campanha, criada pela CNTE em 2013, mobiliza os brasileiros para o engajamento na construção de uma educação pública inclusiva e de qualidade.

O objetivo é unir a comunidade escolar e a sociedade na reivindicação pelo investimento na infraestrutura escolar, na formação e valorização dos profissionais de Educação e no respeito à diversidade e inclusão educacional.

O site da Campanha é <http://educacaoeapoiado.com.br/>

Em tempos de PEC da morte, congelamento dos gastos públicos, desemprego e tentativa do Governo Temer de impor aos estados e municípios reajuste zero e a não realização de concursos públicos e novas contratações, a APEOESP conseguiu obter uma conquista importante, com a decisão do Governo Estadual de convocar 20,9 mil aprovados no concurso de PEB II, sendo que 16 mil já foram convocados e os demais deverão ser chamados em março ou abril de 2017, de acordo com a Secretária da Educação.

A efetivação dos professores é uma luta histórica e constante da APEOESP. Em todos os momentos e espaços possíveis, temos denunciado a existência de um elevado número de professores não efetivos (hoje contratados por tempo determinado). Embora reconheçamos a necessidade da existência dos temporários para

suprir ausências motivadas por aposentadorias, licenças e outros motivos, lutamos para que tenham condições dignas de contratação e seu número não ultrapasse 5% a 10% do total de professores.

Por isso, na greve de 2013, a realização de concursos e convocação dos aprovados foi um dos principais pontos daquele movimento. E graças à luta e união da categoria conseguimos conquistar a realização do concurso para PEB II, inclusive com regras (com a Curva de Gauss) que favoreceram a aprovação de 113 mil professores para 69 mil vagas autorizadas pelo Governador do Estado.

Desde 2015 a APEOESP vem insistentemente cobrando esta terceira convocação. Após prometer para o primeiro semestre deste ano, finalmente ela foi realizada no mês de novembro. Foi uma conquista importante e vamos continuar cobrando para se realizem quantas convocações forem necessárias para suprir as necessidades da rede estadual de ensino.

PEB I

Nossas lutas e campanhas sempre incluíram a defesa dos concursos públicos para ingresso na carreira docente. A realização de concurso para PEB I também esteve na nossa pauta de reivindicações. Infelizmente, porém, apenas parte dos aprovados foi convocada, sendo que existe a necessidade mais professores efetivos na rede. Estamos pressionando a SEE para que faça nova convocação, mas até o momento, alegam, não houve autorização do Governador.

CUT: Transformar a indignação em luta



"O País está à deriva e nas mãos de gente irresponsável, que parece não fazer a menor ideia do estrago que está causando aos trabalhadores, especialmente aos mais pobres, os que mais precisam de políticas públicas para sobreviver com o mínimo de dignidade". O alerta do presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, é um chamado para que os trabalhadores mobilizem-se cada vez mais para enfrentar a perda de direitos imposta

pelos projetos em trâmite em Brasília.

Além de ir às ruas para barrar o retrocesso, a Central Única dos Trabalhadores defende eleições diretas para a Presidência. Nos últimos meses, a CUT liderou ao lado de outras entidades sindicais e das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, diversas manifestações de massa, além de paralisações nas principais capitais do País contra a PEC 55, de congelamento de investimentos em Educação, Saúde e outras áreas essenciais, e a Reforma da Previdência, que pode, por exemplo, acabar com o direito à aposentadoria especial do professor.

A Central também tem realizado seminários e encontros com especialistas em políticas públicas, preocupados com o retrocesso do Projeto Temer. No dia 13 de dezembro, por exemplo, vários estados promoveram mobilizações contra a proposta que prioriza a saúde e a educação privadas e sucateia o serviços públicos, aprovada pelo Senado como a PEC do Teto.

Antes da dispersão dos protestos na Avenida Paulista, em coro, os trabalhadores selaram o compromisso das frentes de mobilização popular para impedir os avanços dos ataques aos direitos civis e trabalhistas e lutar pela revogação da proposta.

Curso preparatório para concurso de diretor



Comunidade APEOESP no Kwigo

Investindo mais na tecnologia, a APEOESP está oferecendo uma nova ferramenta de comunicação e interação com os seus associados. Trata-se de Kwigo, uma nova rede social que poderá ser acessada pelo computador e também pelo celular. A primeira atividade da comunidade no Kwigo será um curso preparatório para o concurso de diretor de escola: um curso on-line com vídeos aulas claras e objetivas que abordam os temas solicitados na bibliografia.

A plataforma vai oferecer ainda vídeos com exercícios comentados e dicas sobre questões dissertativas. São 16 professores especialistas, 350 vídeos aulas, 305 exercícios comentados. O associado à APEOESP terá um desconto de 30% neste curso, que poderá ser pago em até 12 parcelas de R\$ 69,00.

A Kwigo está enviando um email para que os professores associados possam se cadastrar e ter acesso a todos os conteúdos.

Comunidade virtual

A Kwigo/apoesp é uma comunidade virtual só com professores associados de todas as regiões do Estado, onde haverá troca de informações e conhecimentos, debates sobre aulas e conteúdos, promoção de intercâmbio, agenda, serviços e interação entre associados.

A Kwigo também terá espaço para, além de cursos preparatórios aos concursos, atualização para evolução na carreira, especialização, entre outros. A interação e participação são totalmente gratuitas.

SERVIÇO: Acesse www.kwigo.com/apoesp

Comunicação Popular

O protagonismo da imprensa sindical no diálogo com os trabalhadores foi o tema do 2º Encontro Estadual de Comunicação que a CUT-SP promoveu nos dias 12 e 13 de dezembro.

O evento foi aberto pelo professor Douglas Izzo, presidente da CUT-SP. Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, e Adriana Magalhães, secretária de Comunicação da CUT-SP.

Entre os destaques da pauta, a luta pela democratização da comunicação e contra o monopólio no setor, que foi tema da palestra da jornalista e historiadora Cláudia Gianotti, do Núcleo Piratininga de Comunicação.

"A mídia empresarial esconde, distorce e sempre criminaliza os movimentos sociais", denunciou a historiadora, que ressaltou ainda a importância da proximidade com a população para o jornalismo, especialmente no meio sindical.

Os novos formatos de produção de conteúdo foram apresentados pelo jornalista Ricardo Negro, responsável pela implantação de mais de 40 projetos de sistemas, como o Portal de Apoio Brasil de Comunicação (EBC), Agência Brasil, Rádios EBC e TV Brasil.

Professores, pesquisadores e trabalhadores de diversos setores participaram do Encontro, que foi finalizado com uma visita aos estúdios da TV dos Trabalhadores, em São Bernardo do Campo.

2016: um ano de lutas pela manutenção de nossos direitos

Assembleias de luta

No dia 15 de fevereiro, o Conselho Estadual de Representantes se reuniu na Capital para definir o calendário e os eixos da luta para 2016. Os professores apontaram a primeira assembleia estadual no dia 8 de abril, na Praça Roosevelt, quando se rejeitou a proposta de reajuste de 2,5%. No dia 29, os professores voltaram para as ruas e aprovaram a luta pela aprovação do Plano Estadual da Educação e a instauração da CPI da merenda. Em maio, no dia 24, os professores aprovaram a ida a Assembleia Legislativa para acompanhar a votação do Plano Estadual de Educação. No segundo, os professores realizaram mais três assembleias: no dia 26 de agosto, no dia 22 de setembro e no dia 11 de novembro.



A primeira assembleia de 2016 aconteceu na Praça Roosevelt, no dia 8 de abril



A presidenta da APEOESP Bebel, dirige assembleia no vão-livre do MASP



Em assembleia na Republica, professores aprovam calendário de lutas

Webconferência discute reforma do ensino médio



A webconferência foi transmitida pelo portal da APEOESP e retrasmiteida por vários outros sindicatos filiados à CNTE.

A APEOESP e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizaram no dia 30 de setembro, em São Paulo, a webconferência nacional contra a reforma do ensino médio, que contou com a participação de entidades nacionais e estaduais. Além do público presente ao local, muitos outros puderam assistir por meio do portal da APEOESP na Internet e participar por meio do chat disponibilizado para este fim.

Entre as entidades participantes, além da CNTE e da APEOESP, a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, o Conselho Nacional de Educação Física, a Associação de Arte Educação do Brasil, a Associação Nacional de Pós-Graduandos, a União Nacional LGBT, a Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Professores de Brasília, a Associação dos Professores do Paraná - Sindicato, o Sindicato dos Professores do Estado da Bahia, Conselho Regional de Educação Física (SP), a União Paulista de Estudantes Secundaristas. No dia 13 de dezembro, a APEOESP enviou caravana a Brasília para acompanhar a votação da matéria no Congresso Nacional.

Saúde e escola sem partido. Outros dois importantes temas foram discutidos em webconferência em 2016: saúde e escola sem partido. No dia 22 de julho, o tema foi "IAMSPE: a vida em primeiro lugar. Pelo Direito à Saúde". No dia 11 de agosto, o tema foi "Cala a boca não! Contra a farsa da escola sem partido. Pela pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.



O IAMSPE em pauta: respeito à vida.



No dia 11 de agosto a APEOESP discutiu a farsa da "escola sem partido".

2016: um ano de lutas pela manutenção de nossos direitos

Encontro de professores categoria "O"

Conferência Popular de Educação

O Encontro Estadual de Professores da Categoria "O" aconteceu no dia 16 de abril, na Sede Central, reunindo representantes de todas as regiões do Estado. O principal objetivo do Encontro foi discutir e tirar encaminhamentos, frente a alguns problemas emergenciais: como a agilização do decreto que regulariza direitos dos docentes categoria "O"; abertura de novas contratações, garantia de atendimento no IAMSP, entre outros pontos.



Em abril a APEESP promoveu encontro dos professores categoria "O", que aprovou encaminhamentos à SEE.



Ao final dos trabalhos, professores, estudantes, pais e representantes da sociedade civil aprovaram um manifesto.

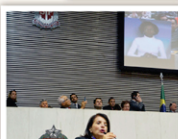


Nos dias 15, 16 e 17 de março a Praça da República foi dos professores, estudantes, pais, funcionários, lideranças populares e movimentos sociais, que realizaram a Conferência Popular de Educação, organizada pela APEESP e pelo Grito pela Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo.

Distribuídos em tendas montadas em plena praça, integrantes de todos esses segmentos escolheram livremente entre dezenas de oficinas os assuntos de seu maior interesse, passando em revista tudo o que hoje ocorre na educação pública estadual, sem perder de vista também o que acontece na esfera nacional, como o Plano Nacional de Educação e o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Na abertura dos trabalhos, marcaram presença, além da presidenta da APEESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, João Paulo Rodrigues, do MST, Roberto Franklin de Leão, Presidente da CNTE, Guilherme Boulos, Coordenador do MSTJ, André Meyer, Presidente da UPEB, Douglas Izzo, Presidente da CUT/SP, Francisca Pereira da Rocha Seixas, representante da CTB, e Eliana Nunes, pela Conlutas.

Luta pelo Plano Estadual de Educação



A professora Maria Izabel Azevedo de Noronha, a Bebel, discursou durante a audiência na Alesp.

No dia 31 de maio, os professores compareceram em peso à Assembleia Legislativa para a audiência pública do Secretário da Educação. Na oportunidade, o secretário e o líder da Governança na Casa garantiram a disposição o governo de acatar as emendas que visavam melhorar a proposta do Plano Estadual de Educação do Executivo, oriunda das entidades.

A APEESP realizou audiências públicas para discutir o PEE e também fez pressão na Alesp na votação da matéria, garantindo alguns avanços.

Em conjunto com estudantes, pais e movimentos sociais, a APEESP realizou no dia 23 de março um ato público em frente à Alesp para exigir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os desvios de verbas destinadas à merenda escolar. O sindicato acompanhou a instauração da CPI e depoimentos.



Professores, estudantes e pais puseram a abertura da CPI da Merenda de verdade em ato na Assembleia Legislativa.



A filósofa Marilena Chauí foi uma das palestrantes.



Em todas as plenárias houve grande participação do público, que também participou dos debates.

EXPEDIENTE

DIRETOS RESPONSÁVEIS: Roberto Guider e Sérgio da Souza. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha, Fábio Santos de Moraes, Roberto Galvão, Silvio de Souza, Leandro Alves Oliveira, Fábio Santos Silva, Rita de Cássia Castanho, Ezequiel Ferreira Lima, Luiz Gonzaga José, Maria Sufredini Rodrigues, Francisco de Assis Ferreira, Sílvia Regina Benedetti Paula. **Jornalismo Responsável:** Rosana Inácio (16) 37293. **Troço de José Bucha Costa, Colaboradores:** Ana Maria Lopes (11) 23622-17 e Luis Brandão. **Foto:** Jussu Carlos, Douglas Mesner e Jordana Mercado. **Organização e Edição:** Edicel. **Carlos Roberto Ferreira dos Santos, Secretário de Edição do Nascimento.** **Impressão:** Bungeal. **Tiragem:** 160.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. **Circulação em Janeiro.** **Publicação Mensal.** **Diretor/Editor:** ACJ Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 - 3º andar - CEP 01045-000, Marília Registrada em microfilme sob nº 020.202 na Terceira Câmara de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEESP - TRÍENIO 2014/2017
DIRETORIA EXECUTIVA:
 Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha. Vice-Presidente: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral: Leandro Alves Oliveira; Secretário

Geral Adjunto: Fábio Santos Silva; Secretário de Finanças: Luiz Gonzaga José; Secretário de Finanças Adjunto: Maria Sufredini Rodrigues; Secretário de Administração: Odimar Silva; Secretário de Administração Adjunto: Maria José Carvalho Costa; Secretário de Patrimônio: Miguel Noel Neves; Secretário de Patrimônio Adjunto: Tereza Cristina Moreira da Silva; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais: Francisca Pereira da Rocha Seixas; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto: Richard Araújo; Secretário de Comunicações: Roberto Guider; Secretário de Comunicações Adjunto: Silvio de Souza; Secretário de Formação: Zélio de Souza; Secretário de Formação Adjunto: Paulo José dos Neves; Secretário de Legislação e Defesa dos Assistentes: Francisco de Assis Ferreira; Secretário de Legislação e Defesa dos Assistentes Adjunto: Solange R. Benedetti Paula; Secretário de Política Sindical: Silvana da Silva Ferraz; Secretário de Política Sindical Adjunto: Ozair Martiniano de Sousa; Secretário de Política Social: Rita de Cássia Castanho; Secretário de Política Social Adjunto: Ezequiel Ferreira Lima; Secretário para Assuntos de Aposentados: Ana Lúcia Santos Gugler; Secretário para Assuntos de Aposentados Adjunto: Silvana da Silva Ferraz; Secretário para Assuntos de Mulher: Suelly Fátima de Oliveira; Secretário para Assuntos de Mulher Adjunto: Eliana Nunes dos Santos; Secretário para Assuntos Municipais:

Nílsea Flávy Victorino; Secretário para Assuntos Municipais Adjunto: Maria Cristina de Almeida; Secretária Geral de Organizações: Clotilde Maria Ojick; Secretária de Organização para a Capital: Silvana Soares de Assis; Secretária de Organização para a Grande São Paulo: Sílvia Matheus de Moura Lima; Secretária de Organização para o Interior: Jorgelino Paulo Pa. Secretária de Organização para o Interior: Paula Cristina Oliveira Pinho; Secretária de Organização para o Interior: Sérgio Martins Costa; Secretária de Organização para o Interior: Sônia Maria Pacheco.

DIRETORIA ESTADUAL
 Ademir de Assis Campello; Albeiro Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço da Silva; André Luis F. de Silva; André Spagnoli de Carvalho; Anderson de Jesus R. Melo; Antônio Carlos Andara Ferreira; Antônio Gaudin Junior; Antônio Juvenc de Jesus Filho; Anderson de Camargo; Aryves de Silva; Breno Lucas da Silva; Breno José dos Santos; Cezar Alberto Resende Lopes; Carmen Lúcia Urquiza; Claudelino dos Reis; Claudia Cristina Alves de Sousa; Cleidson Rocha de Oliveira; Danilo Giovanni Pereira; Denis Alves da Silva; Donival Aparecido da Silva; Douglas Martins Izzi; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte;

Fabiano Ribeiro da Silva; Fábio Henrique Grandos Sardinha; Fláudio Azevedo Lima; Flávio Inácio Bariló Galdino; Francisco Noronha D'Oliveira; Isonide de Almeida Conrães; Jesse Pereira Felipe; João Luiz Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva; José Fernando Cargaret; José de Jesus Costa; José Gomes da Silva; José Francisco da Silva; José Renato de Mattos Lima; Juliana Maria da Silva; Jucelino Sousa Azevedo; Julio Cesar Rodrigues Brasil; João de Aguiar Perillo Neto; Luís Antonio Nunes de Moraes; Luiz Claudio de Lima; Luíza Helena Vieira; Magda Souza de Jesus; Maria Machado Rodrigues; Marcos César de Costa; Marcos Luis da Silva; Maria Carolina Rocha; Maria Lúcia A. de Assis; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Indício; Wilson Silva; Orlando Felício; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo V. de Carvalho; Reginaldo Roberto de Almeida; Ricardo Augusto Botelho; Riquemburgo Medeiros da Silva; Rita Lúcia Diniz; Roberta Sara J. Lima; Roberta Maria C. Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldo Terezi; Rosa M. de Araújo Fioresini; Sérgio de Brito Guerra; Sônia Aparecida A. de Arruda; Sônia de Silva; Tábata Amora Ferreira; Tania Silveira; Tânia Aparecida Andrade Vitor; Tereza de Jesus de S. Martini; Ulisses Lucas de Freitas; Valfredo Alves Silveira; Vanessa Silva Rita; Vera Lucia Zimberg e Wilson Augusto Fiuza Frizzo.